

SACERDÓCIO UNIVERSAL DE TODO O CRISTÃO

Universal priesthood of every christian

*Luís Alexandre Ribeiro Branco*¹

Resumo:

O objetivo deste artigo é refletir sobre a premissa cristã do sacerdócio universal de todo cristão. Desde o terceiro século que este entendimento bíblico ficou esquecido na comunidade cristã, o que criou um hiato entre os crentes e aqueles que eram chamados de líderes das igrejas. Na Idade Média a institucionalização dos cargos na igreja fez com que os leigos (povo) e o clero (líderes) estivessem afastados através de pressupostos teológicos diferentes do ensino do Novo Testamento. Isto refletiu não só na igreja, mas também na sociedade. É preciso, portanto, restabelecer o entendimento bíblico sobre esta importante matéria.

Palavras-chave: Sacerdócio, Liderança, Igreja, Sociedade, Política.

186

Abstract:

The purpose of this article is to reflect on the Christian premise of the universal priesthood of every Christian. Since the third century, this biblical understanding has been forgotten in the Christian community, which has created a gap between believers and those who were called church leaders. In the Middle Ages, the institutionalization of positions in the church meant that the laity (people) and the clergy (leaders) were separated through theological assumptions different from the teaching of the New Testament. This reflected not only in the church, but also in society. It is therefore necessary to re-establish the biblical understanding of this important matter.

Keywords: Priesthood, Leadership, Church, Society, Politics.

¹ Doutor em Filosofia pelo Trinity Theological Seminary, Indiana, EUA e Pós-doutorado em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Investigador da Área de Ciência das Religiões – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Professor da Academia da Cruz Vermelha Portuguesa e da Universidade Sénior de Oeiras – alexbranco@yahoo.com

Um dos princípios importantes da Reforma, em especial para as igrejas com sistema de governo congregacional, é aquilo que é chamado de “sacerdócio universal de todo o cristão”. Este princípio tem por objetivo realçar a ideia de que todo o cristão, sem exceção, desfruta com os demais do privilégio de exercer qualquer função na igreja e que não há distinção entre ministros ordenados e ministros não ordenados no que diz respeito aos atos da graça de Deus na igreja e no mundo. Como bem escreveu Tomás Camba:

Quando distorcemos esses conceitos fundamentais, os papéis de liderança se confundem. Se graça e sacerdócio universal são mal compreendidos, o resultado são pessoas esforçando-se para alcançar a salvação ou buscando-a em lugares errados. Por isso, é imperativo que pastores e líderes reconheçam que seu papel não é o de guru nem de guia espiritual, mas de pessoas levantadas por Deus para ajudar outras a amadurecer na fé. Pastores e líderes devem rejeitar a ideia de tornar outros dependentes de suas pregações ou de seu modelo de espiritualidade. (CAMBA, 2020, 29)

Quando isto ocorre, temos uma igreja saudável e multiplicadora, onde todo o cristão sente-se valorizado. Foi exatamente isto que Pedro deixou claro na sua primeira carta: “Vocês, porém, são geração eleita, sacerdócio real, nação santa, povo de propriedade exclusiva de Deus, a fim de proclamar as virtudes daquele que os chamou das trevas para a sua maravilhosa luz” (1 Pedro 2:9 NAA). O entendimento de Pedro é que através de Cristo o cristão foi feito sacerdote e que por meio de Cristo ele é atraído para a presença de Deus onde pode oferecer os seus sacrifícios espirituais de oração e louvor.

John Huss foi chamado de herege pelas autoridades eclesiásticas que o acusavam, porque orou em voz alta, clamando a Deus e ao Senhor Jesus. Diziam os seus algozes que ninguém pode dirigir-se diretamente a Deus, a não ser por intermédio da igreja e das autoridades por ela constituídas. Entretanto, John Huss tinha sólidas convicções da doutrina do sacerdócio universal dos crentes. Qualquer pessoa, redimida pelo sangue de Cristo, feita nova criatura, poderia orar diretamente a Deus, o Pai, sem a mediação sacramental e eclesial. Deus, por meio do derramamento do sangue do Seu Filho na cruz, preparou-

nos um novo e vivo caminho à sua presença: “por causa da morte de Jesus na cruz nós temos completa liberdade de entrar no Lugar Santíssimo” (Hebreus 10:19 NTLH). (SOUZA, 2017, 56)

Na antiga aliança os sacerdotes cumpriam o papel de servirem como mediadores entre Deus e os homens, no entanto, na nova aliança Cristo removeu toda a barreira que poderia existir entre Deus e os homens tornando-se ele mesmo o mediador. Isto é, por intermédio do seu sacrifício na cruz, Cristo deu-nos acesso direto ao trono da graça de Deus sem a intermediação de terceiros.

Este entendimento restabelecido na Reforma Protestante aboliu de uma vez por todas a ideia de que mesmo na nova aliança seria necessário a intermediação de sacerdotes. O caminho está aberto, as portas da graça estão livres, Deus está acessível a todos aqueles que o buscam. O sacerdócio universal ou o sacerdócio de todos os crentes é uma doutrina cristã que afirma que todos os cristãos compartilham um sacerdócio comum, independentemente de serem ou não ministros religiosos. Esta doutrina traz liberdade para o cristão, enquanto distorcê-la provoca a inibição das liberdades cristãs e a supressão do crente.

O Novo Testamento não menciona a existência de um ofício sacerdotal na igreja. Essa ideia surgiu posteriormente, em escritores como Clemente (ministério cristão composto de sumo-sacerdote, sacerdote e levita), a Didaquê (chama os profetas cristãos de “vossos sumos-sacerdotes” e refere-se a eucaristia como um sacrifício) e, mais especificamente, em Tertuliano e Hipólito, que se referem aos ministros cristãos como “sacerdotes” e “sumos-sacerdotes”.

No entanto, a Reforma Protestante combateu esta ideia no meio da igreja e nivelou os cristãos e seus ofícios, todos sagrados ao Senhor. Portanto, isto que assistimos hoje nas igrejas ditas evangélicas, no que diz respeito ao quase endeusamento de homens que a cada dia buscam para si um título mais

elevado é contrário à Bíblia. O protagonismo de alguns líderes evangélicos é contrário à doutrina neotestamentária. Os rituais do Antigo Testamento se resumem na pessoa de Jesus Cristo. Isto significa que se referir ao local de culto como templo, ao músico ou dirigente dos cânticos como levitas, e até mesmo ao pastor como o ungido é contrário ao ensino cristão.

O problema é que uma heresia, se não combatida, leva a outra pior, como o que assistimos nas igrejas, o que chega a ser uma completa aberração à luz das Sagradas Escrituras. Este comportamento tem aberto as portas da igreja para aquilo que conhecemos “Humanismo Cósmico”, que é a filosofia que busca elevar o homem ao estado da perfeição e o seu endeusamento.

Um dos grandes perigos do humanismo cósmico é a diminuição do valor que ele atribui à Bíblia, como explica David A. Nobel: “O Humanismo Cósmico acredita que a Bíblia não é mais a palavra de Deus do que é o Alcorão, ou as palavras de Confúcio.” (NOEBEL, 2001, 11).

O neopentecostalismo elevou a palavra dos seus pastores ao mesmo nível de autoridade da Bíblia. Se confrontados, tendem a negar, mas basta assistir as suas reuniões, observar as suas condutas e a forma como conduzem as suas igrejas para vermos que o que praticam é exatamente o humanismo cósmico. Nobel diz ainda sobre a relação destes com a Bíblia: “A revelação especial não precisa existir em livros ou em qualquer outra forma fora do homem, porque cada homem tem a sua própria revelação especial na consciência superior, a sua capacidade de entrar em contacto com a parte do seu ser que é Deus” (NOEBEL, 2001, 37). É justamente porque estas pessoas consideram as suas palavras acima da Bíblia, que elas agem de forma contrária aos ensinamentos bíblicos, atribuindo às suas ações como sendo revelações especiais da parte de Deus.

Os reformadores, Lutero, Calvino e Zuínglio entenderam as Escrituras como tendo autoridade divina, portanto, a autoridade final para a igreja. Lutero costumava falar dos autores humanos como a “língua” do Espírito, e

Calvino gostava de citar Isaías 59:21, com a sua referência o “meu espírito, que está sobre ti, e as minhas palavras, que pus na tua boca”. Lutero, Calvino, Zuínglio, todos afirmaram a inspiração da Escritura como Palavra de Deus. Entretanto, como uma revelação completa. Desta forma, nenhuma nova revelação é necessária. É o que os reformadores chamaram do princípio do Sola Scriptura. Não há nada que Deus precisa dizer que não esteja na Bíblia.

O abuso do poder sobre a espiritualidade das pessoas pode ser observado em muitos programas televisivos evangélicos. Em muito destes a figura do líder é apresentada como alguém com capacidades espirituais para conceder todo o tipo de graça material, física ou espiritual. Muitas vezes esta graça é concedida ou liberada através de um sacrifício por parte da pessoa necessitada, muitas vezes através de doações exponenciais de dinheiro.

Muitos destes expressam publicamente preconceitos com pessoas de outras religiões e também pessoas com tendências homoafetivas. Não só desenvolvem este preconceito como incitam outros a terem o mesmo comportamento. O que estes líderes televisivos e outros espalhados por diversas comunidades evangélicas possuem em comum é aquilo que também podemos chamar de neoxamanismo. O neoxamanismo é “neo”, pois, se apresenta com novas “nuances”, entretanto, o xamanismo é uma prática antiga, onde um indivíduo coloca-se como o mediador entre a entidade divina e a entidade humana. O xamã é herdeiro de uma série de poderes, ou suportou iniciações indesejáveis pelos homens, por isto “passuem poder” para quase tudo. O xamã, nas nossas mentes, tradicionalmente, é alguém ligado a uma tribo animista em algum lugar remoto. No entanto, na história a figura do xamã sempre foi urbana, a serviço dos reis e poderosos. O neoxamanismo trouxe de volta esta figura para o perímetro urbano, como também trouxe uma espécie de neoanimismo.

O Neoxamanismo num aspeto mais abrangente é uma prática que se baseia no conhecimento propagado pelo povo ancestral, mas que o incorpora

aos conceitos e culturas atuais. Dentro do aspeto que temos aplicado neste texto, o novo xamã também invoca poderes e conhecimentos vividos pelos patriarcas, profetas, reis e apóstolos da Bíblia. É de certa forma, uma filosofia contemporânea que busca na ancestralidade uma vestimenta que justifique os seus atos, adaptando-a para o encontro da cura, prosperidade, proteção e expansão espiritual.

Um fenómeno interessante que ocorre no Novo Testamento e segue adiante com a igreja de Cristo é a distribuição dos dons espirituais. Os dons eram distribuídos para todos sem distinção conforme o Senhor concedia-lhes. O texto de 1 Coríntios 12:11 diz: “Mas um só e o mesmo Espírito realiza todas essas coisas, distribuindo-as a cada um, individualmente, conforme ele quer” (NAA). No mesmo capítulo quando fala da igualdade dos cristãos na igreja ele diz: “Porque, assim como o corpo é um e tem muitos membros, e todos os membros, mesmo sendo muitos, constituem um só corpo, assim também é com respeito a Cristo” (1 Coríntios 12:12 NAA).

191

Não há, portanto, dons superiores, a não ser o amor, e nem membros mais importantes. Na igreja, todos os cristãos desfrutam dos mesmos privilégios e responsabilidades. Este princípio da igualdade desqualifica todo aquele que investido de uma função eclesiástica tenta apresentar-se como melhor ou mais importante que os demais.

Não obstante, é surpreendente como estes tipos de líderes conseguem atrair grandes multidões. Este populismo religioso é danoso a experiência cristã e a igreja para fins políticos. No contexto brasileiro, muitos religiosos têm trocado o púlpito ou altar pela política, embora alguns insistam em manter uma relação dupla entre o ser político e o ser religioso.

O que se passa em diferentes sítios no mundo em tempos de campanhas eleitorais é que a igreja vive o retrocesso da estratégia de Constantino I (272 d.C. – 337 d.C.) em unificar a igreja e o estado, para assim firmar o seu poder sobre os dois pilares mais poderosos do mundo daqueles

dias, o Império Romano e o cristianismo. Até a realização do Concílio de Nicéia (325 d.C.), o cristianismo sofria graves perseguições por parte do Império Romano, igrejas eram destruídas, cristãos eram aprisionados e tinham seus bens confiscados pelo estado. O Imperador Diocleciano (245 d.C. – 316 d.C.) foi sem dúvida um dos mais terríveis perseguidores dos cristãos. Diocleciano foi sucedido pelo imperador Constantino I, que interrompeu esta terrível perseguição.

Em 325 d.C., Constantino I convidou os bispos cristãos para um concílio em Nicéia, e cerca de 300 líderes cristãos apareceram para este encontro. No encontro Constantino I procurou apaziguar a disputa doutrinária que havia na igreja e mesmo não sendo cristão, liderou o concílio e influenciou as decisões importantes no que dizia a fé cristã. Mais tarde, em 27 de fevereiro de 380 d.C. o Imperador Bizantino Teodósio I (347 d.C. – 395 d.C.) decretou o cristianismo como a religião oficial do Estado. Desde então os cristãos passaram a servir a dois senhores, o Império e a Deus. “Nicéia custou à Igreja a sua independência, pois, a igreja tornou-se imperial desde esta época e a partir daí foi cada vez mais sendo dominada pelo imperador.” (CAIRNS, 2006, 108, 109)

Mais adiante, a partir do Séc. V a igreja começou a enfrentar uma grave crise: cismas; cidades e países desolados pela guerra entre romanos, bárbaros e bizantinos; pecados dos mais vergonhosos eram encontrados entre os cristãos. A espiritualidade, outrora presente na vida dos cristãos primitivos, havia desaparecido do meio da igreja daqueles dias. Era extremamente difícil encontrar um só soberano, legislador ou qualquer autoridade que não fosse um herege, ou um pagão. Nas escolas, colégios e nas famílias, jovens e crianças imitavam o comportamento dos pais e dos professores.

Apesar de a Reforma Protestante do Séc. XVI ter trazido uma grande liberdade para a igreja, a mesma continuou de certa forma sob a influência do estado. Ao rejeitar a soberania papal, os Reformadores atribuíram ao estado

funções reguladoras dos negócios eclesiásticos. Esta separação entre a igreja e o estado foi algo lento e localizado, nunca chegou a ser uma doutrina universal, nem mesmo para os reformados, basta verificarmos os países tidos por reformados e a sua ligação e dependência do poder e recursos do estado.

A igreja americana, muitos anos depois da Reforma, experimentou certa liberdade, algo que podemos notar num dos escritos de Thomas Jefferson:

. . . eu contemplo com reverência soberana a atitude de todo o povo americano, que declarou que sua legislatura 'não deve fazer nenhuma lei respeitando o estabelecimento da religião, ou proibindo o seu livre exercício', assim, construindo um muro de separação entre Igreja e estado. (JEFFERSON, 1998)

A verdade é que embora parte da igreja tenha adotado uma declaração de fé de separação entre a igreja e o estado, esta separação na prática nunca se realizou plenamente. Seus laços se tornam muito mais visíveis em tempos de campanhas eleitorais, mesmo nos Estados Unidos. É a velha história de crer e pregar uma coisa e viver outra. Nos Estados Unidos a força dos cristãos nas eleições é muito forte. Seja o candidato Republicano ou Democrata, terá que conquistar o voto do eleitor cristão. Nesta busca por aprovação os candidatos comprometem-se com agendas dos mais variados temas.

Numa sociedade saudável e democrática é preciso que a igreja e o estado se separem, e cada um possa cumprir a sua agenda nas áreas religiosas, sociais, políticas e económicas visando um futuro melhor para o país. Não que a cooperação entre a igreja e o estado não deva existir, mas que não deve existir interferências. Obviamente que um político cristão eleito governará de acordo com a sua consciência, entretanto, mantendo a devida separação entre o poder político e o poder religioso.

Outro aspeto do populismo é a forma como as instituições utilizam os seus recursos para ajudar os mais necessitados. Infelizmente, algo que deveria ter como propósito levar mais dignidade aos menos favorecidos, é muitas

vezes usado para manipulação da massa. Num país como o Brasil onde ainda falta um amadurecimento no que diz respeito ao papel da população no plano político é muito fácil o surgimento desta prática.

A dignidade vem do fato do indivíduo trabalhar e no final do mês receber o suficiente para pagar as suas contas e prover para a sua família. Como não há interesse político que tal aconteça, o que se faz? Entra-se com medidas assistencialistas. O assistencialismo leva ao outro degrau de interesse dos políticos, o populismo. “O populismo tem uma ausência essencial de algo palpável, é um conceito embaraçoso e alusivo, oscila entre o grande significado e o vazio conceitual fundamental.” (TAGGART, 2000)

O populismo é também o apoio extraído do povo em troca de benefícios. No populismo, toda a medida assistencialista transforma-se em voto. Neste sentido, tanto o eleitor quanto o candidato estão interessados apenas no seu ganho pessoal. É quase inevitável que o pobre diante de uma situação onde aparentemente sua necessidade material e urgente será parcialmente suprida, concorda em trocar seu voto por alguma assistência imediata sem pensar nos aspectos morais que envolvem esta atitude. Portanto, a pobreza existente em muitos países pode ser um fator predominante para o surgimento do populismo. Contudo, mesmo em países mais ricos, como os Estados Unidos da América o populismo surge como sub-produto ideológico ou religioso.

Infelizmente no Brasil não há uma política de inserção financeira, de melhorias de salários, de diminuição do custo de vida, de diminuição de impostos e taxas. O atual sistema visa manter o rico no poder e o pobre na miséria. É preciso conscientizar o povo, nas igrejas, nos clubes, nos bares, nas escolas, nas ruas, e em todo lugar, que se não forem ultrapassadas as manobras assistencialistas de políticos muitas vezes corruptos, os pobres continuarão dependentes e miseráveis. É preciso políticas públicas sérias que possam acabar com a desigualdade. Um dos pais da igreja, Santo Agostinho escreveu:

Afastada da justiça, que são, na verdade os reinos senão grandes quadrilhas de ladrões? [...] Estas são bandos de gente que se submete ao comando de um chefe, que se vincula por um pacto social e reparte a presa segundo a lei por ela aceita. [...] Foi o que com finura e verdade respondeu a Alexandre Magno certo pirata que tinha sido aprisionado. [...] De fato, quando o rei perguntou ao homem que lhe parecia isso de infestar os mares, respondeu ele com franca audácia: “O mesmo que a ti parece isso de infestar todo o mundo; mas a mim, porque o faço com um pequeno navio, chamam-me ladrão, e a ti, porque o fazes com uma grande armada, chamam-te imperador”. (AGOSTINHO, 2006, 383)

Infelizmente o pensamento de Agostinho continua bastante atual. Os pobres são cada vez mais explorados e determinados políticos cada vez mais corruptos. O pobre se rouba para comer é chamado de ladrão, mas o político que desvia milhões é chamado de doutor. O assistencialismo foi criado para encobrir esta realidade, ele utiliza o dinheiro público como subterfúgio para a conquista de votos da camada mais pobre da sociedade para que os poderosos possam se manter no poder. Na religião utiliza-se da fé para manter os pobres sob o domínio de líderes que apenas visam o seu enriquecimento e protagonismo na sociedade. Segundo Barbara Rumscheidt: “Há um tipo de pobreza que eu chamo de “pobreza antropológica””. (RUMSCHEIDT, 1998, 93) Consiste em destituir o ser humano não só do que ele tem, mas de tudo o que constitui a sua história e essência

Lutero teve um entendimento da graça de Deus que veio de encontro com o entendimento da igreja e do ministério cristão nos seus dias. Desde de 1512, quando se tornou professor de estudos bíblicos na Universidade de Wittenberg, ele começou a encontrar nas Escrituras uma série de verdades revolucionárias a respeito da salvação.

A salvação fundamentava-se exclusivamente na graça de Deus e na obra expiatória de Cristo. Mediante a fé ou confiança nessa graça e nessa obra, o indivíduo era justificado, ou seja, aceito como justo por Deus, sendo que essa fé também era uma dádiva do alto. As obras ou méritos humanos não desempenhavam nenhum papel nesse processo, mas a salvação era, do começo ao fim, uma dádiva da livre graça de Deus ao pecador arrependido

A partir de 31 de outubro de 1517, Lutero passou a elaborar as implicações mais amplas dessa nova percepção. Ele o fez principalmente através de uma obra que escreveu em 1520, “A Liberdade do Cristão”, onde argumenta que “a alma crente, por seu compromisso de confiar em Cristo, livra-se de todo pecado, do temor da morte e do inferno, e se reveste com a justiça eterna, a vida, e a salvação de Cristo, o seu esposo”. É isto o que concede plena liberdade ao cristão.

Diz Lutero: “De posse da primogenitura e de todas as suas honras e dignidade, Cristo divide-a com todos os cristãos para que por meio da fé todos possam ser também reis e sacerdotes com Cristo, tal como diz o apóstolo Pedro em 1 Pe 2.9. . . Somos sacerdotes; isto é muito mais que ser reis, porque o sacerdócio nos torna dignos de aparecer diante de Deus e rogar pelos outros”.

Mais adiante ele pondera: “Tu perguntas: ‘Que diferença haveria entre os sacerdotes e os leigos na cristandade, se todos são sacerdotes?’ A resposta é: as palavras ‘sacerdote’, ‘cura’, ‘religioso’ e outras semelhantes foram injustamente retiradas do meio do povo comum, passando a ser usadas por um pequeno número de pessoas denominadas agora ‘clero’. A Escritura Sagrada distingue apenas entre os doutos e os consagrados, chamando-os de ministros, servos e administradores, que devem pregar aos outros a Cristo, a fé e a liberdade cristã. Já que, embora sejamos todos igualmente sacerdotes, nem todos podem servir, administrar e pregar. Como disse Paulo em 1 Co 4.1: “Assim, pois, importa que os homens nos considerem como ministros de Cristo, e despenseiros dos mistérios de Deus.” (“A Liberdade do Cristão”, cap. 17).

Os leigos têm a mesma dignidade que os ministros. Todas as profissões e atividades são igualmente valiosas aos olhos de Deus. Os ministros diferenciam-se dos leigos simplesmente nisso: foram escolhidos para realizar certos deveres definidos, para que haja ordem na casa de Deus. Foi esse princípio do sacerdócio de todos os crentes que libertou os homens do temor e dependência do clero. É o grande princípio religioso que jaz na base de todo o movimento da Reforma. Não somente Lutero, mas todos os demais reformadores o afirmaram, em especial João Calvino. (CENTRO PRESBITERIANO DE PÓS-GRADUAÇÃO ANDREW JUMPER, 2020)

O sacerdócio universal de todo cristão é um privilégio e um dever irrevogável. É preciso que todo cristão esteja consciente desta realidade e que coloque este princípio em prática na sua via e comunidade. Cada cristão é um sacerdote de Deus, portanto, não precisa de intermediários. Entretanto, este princípio deve ser entendido dentro do contexto da responsabilidade

individual e comunitária. O sacerdócio é para ser exercitado para si mesmo, mas também na comunidade através dos dons e ministérios.

Referências

- AGOSTINHO. **A Cidade de Deus**. Lisboa: Fundação Calouste Gulberkian, 2006.
- CAIRNS, E. E. **O Cristianismo Através Dos Séculos**. São Paulo: Vida Nova, 2006.
- CAMBA, T. **Tercerização da Fé**. São Paulo: Editora Mundo Cristão, 2020.
- CENTRO PRESBITERIANO DE PÓS-GRADUACÃO ANDREW JUMPER. **O sacerdócio universal dos fiéis**. 2020. Artigo Online. Disponível em: <https://cpaj.mackenzie.br/historia-da-igreja/reforma-protestante/o-sacerdocio-universal-dos-fieis/>. Acesso em: 18 de Janeiro de 2022.
- JEFFERSON, T. **Jefferson's Letter to the Danbury Baptists – Library of Congress Information Bulletin**. 1998.
- NOEBEL, D. A. **The Battle for Truth**. Eugene, Or: Harvest House Publishers, 2001.
- RUMSCHEIDT, B. **No Room For Grace**. Michigan: Willian B. Eardmans Publishing Company, 1998.
- SOUZA, A. de (ed.). **Reforma e Reformadores: História, Vida, Doutrina**. São José dos Campos: Editora Cristã Evangélica, 2017.
- TAGGART, P. **Populism**. Filadelfia: Open University Press, 2000.